

TINTAS E PODER: dois maranhenses na Academia Brasileira de Letras

Flaviano Menezes da Costa¹

RESUMO: Ao apresentar as trajetórias literárias e as divergências de ideias de dois escritores maranhenses (Graça Aranha e Coelho Neto) que participaram da Academia Brasileira de Letras, este artigo pretende problematizar, a partir de duas frases proferidas por aqueles no ano de 1924, as relações entre a literatura e a política. Para compreender este complexo ambiente de contribuições, mas também de interesses, que permite criar um poder simbólico ancorado em representações artísticas e vertentes ideológicas, com o intuito de se elevar um *ethos* do homem culto, criador de sistemas de tradicionalidades, trazemos as considerações do sociólogo francês Pierre Bourdieu (“O poder simbólico, 2010) e do filósofo argentino Enrique Dussel (“Oito ensaios sobre cultura latino-americana e libertação”, 1995).

Palavras-chave: Academia. Discurso. Poder. Ethos.

ABSTRACT: In presenting the literary trajectories and divergences of ideas of two Maranhão writers (Graça Aranha and Coelho Neto) who participated in the Brazilian Academy of Letters, this article intends to problematize, from two sentences uttered by those in the year 1924, the relations that between literature and politics. In order to understand this complex environment of contributions, but also of interests, which allows the creation of a symbolic power anchored in artistic representations and ideological aspects, with the aim of elevating an ethos of the cultured man, creator of systems of traditionalities, we bring the considerations of the French sociologist Pierre Bourdieu (“The symbolic power”, 2010) and Argentine philosopher Enrique Dussel (“Eight essays on Latin American culture and liberation”, 1995).

Keywords: Academy. Speech. Power. *Ethos*.

INTRODUÇÃO

Os escritos maranhenses sempre estiveram presentes na Academia Brasileira de Letras. De sua fundação, Coelho Neto (1864-1934), Aluísio Azevedo (1857-1913) e Graça Aranha (1868-1931) fizeram parte do grupo que somavam trinta². Porém, como havia a intenção de se igualar em números com a Academia Francesa, foram convidados mais dez,

¹ Graduado em Letras, graduado em Filosofia e Mestre em Cultura e Sociedade, pela Universidade Federal do Maranhão – UFMA. E-mail: flavianomenezes@gmail.com.

² Completam a lista: Araripe Júnior (1848-1911), Guimarães Passos (1867-1909), Inglês de Sousa (1853-1918), Joaquim Nabuco (1849-1910), José Veríssimo (1857-1916), Lúcio de Mendonça (1854-1909), Machado de Assis (1839-1908), Medeiros e Albuquerque (1867-1934), Olavo Bilac (1865-1918), Pedro Rabelo (1868-1905), Rodrigo Otávio (1866-1944), Silva Ramos (1853-1930), Teixeira de Melo (1833-1907), Visconde de Taunay (1843-1899.), Filinto de Almeida (1857-1945), José do Patrocínio (1853-1905), Luís Murat (1861-1929), Valentim Magalhães (1859-1903), Afonso Celso Júnior (1860-1938), Alberto de Oliveira (1857-1937), Alcindo Guanabara (1865-1918), Carlos de Laet (1847-1927), Garcia Redondo (1854-1916), Pereira da Silva (1817-1898), Rui Barbosa (1849-1923), Sílvio Romero (1851-1914) e Urbano Duarte (1855-1902).

dentre estes, os também maranhenses Aluísio Azevedo (1855-1908) e Raimundo Correia (1859-1911)³, completando, enfim, os quarenta escritores que receberam a acunha, assim como os seus sucessores, de “imortais”.

Desde as primeiras sessões preparatórias, ocorridas no mês de dezembro de 1896 (na sala de redação da “Revista Brasileira” - na Travessa do Ouvidor, nº 31 – Rio de Janeiro), quando Machado de Assis prontamente foi aclamado presidente da Instituição, até os dias de hoje, além dos cinco que fundaram a Academia, outros seis representantes da terra do poeta Gonçalves Dias (1823-1864) participaram como membros efetivos desta significativa morada das letras: Humberto de Campos (1886-1934), Viriato Correia (1884-1967), Josué Montello (1917-2006), Odylo Costa, filho (1914-1979), José Sarney (n.1930) e Ferreira Gullar (1930-2016). E dentre os diversos caminhos percorridos até serem recebidos pelos demais membros da Academia, muitos perceberam que as escolhas ocorriam tanto pelo reconhecimento de suas produções literárias, quanto por questões partidárias ou ideológicas, assim como a própria Academia poderia ter um expressivo papel em meio ao contexto cultural do país e às intenções políticas de seus membros.

Laureados dentre os candidatos, estes escritores engendrarão um discurso que pretenderá unir o caráter nacionalista de suas obras à oportunidade de criar, para si, a figura de um escritor necessário para a construção de uma política cultural no país, um *ethos* do homem culto, “como ocorre em qualquer civilização que pretende instituir seus cânones” (DUSSEL, 1995, p.4), com o intuito de elevar-se enquanto referência de tradicionalidade; criando, para a Academia e para as suas próprias figuras cultas, um “poder simbólico”, que pode garantir a qualquer campo, os vetos, as autoimagens, as contribuições e a confirmação de uma representatividade (BOURDIEU, 2010). Mas onde estes escritores buscam, e encontram, a legitimidade dos seus discursos? O que justifica uma atenção mais privilegiada sobre as suas produções artísticas em detrimento a um outro romancista? E porque alguns se rebelaram contra a ilustre Academia de Letras?

³ Os outros oito foram: Franklin Dória - Barão de Loreto (1836-1906), Clóvis Beviláqua (1859-1944), Domicio da Gama (1862-1925), Eduardo Prado (1860-1901), Luís Guimarães Júnior (1847-1898), Magalhães de Azeredo (1872-1963), Oliveira Lima (1867-1928) e Salvador de Mendonça (1841-1913).

ARTE LITERÁRIA E PODER SIMBÓLICO

A Academia Brasileira de Letras surgiu com a finalidade de produzir e divulgar a cultura da língua e a literatura nacional, revertendo um marasmo artístico no qual se encontrava o país no final do século XIX. Os primeiros estatutos foram assinados por seu presidente, Machado de Assis; Joaquim Nabuco, na função de secretário-geral; Rodrigo Otávio, o primeiro secretário; Silva Ramos, o segundo secretário; e também tinham a intenção de se constituírem modelos a serem seguidos pelas demais gerações de escritores. Das primeiras propostas, duas vertentes: as que exigiam a continuidade da tradição literária, na retomada de uma consciência história e literária que ainda exaltava Homero, Camões e o Romantismo; e outra, que exigia mudanças na linguagem e na literatura brasileira. Todas atrelando, de forma cordial e sem muitas polêmicas, a intencionalidade de construir um *ethos*, que predeterminaria as ideias e os costumes dos brasileiros, apontando para aqueles intelectuais uma função civilizatória. Todavia, o anacronismo das propostas coletivas e as intenções particulares foram expostas de forma mais clara e exaltada no último discurso que o escritor e diplomata aposentado José Pereira da Graça Aranha proferiu na Academia Brasileira de Letras, no ano de 1924, quando este hasteou a bandeira da rebeldia no salão de honra da já aclamada Casa de Machado de Assis.

Graça Aranha iniciou a conferência “O espírito moderno”⁴, concordando e exaltando o discurso acadêmico no qual uma civilização desenvolvida por uma elite de filósofos, de artistas e de religiosos seria o antídoto para uma outra composta predominantemente por negociantes, agricultores e industriais, que já se fazia presente no país e adotava uma postura manipuladora em relação aos instrumentos culturais em prol da submissão de populações consideradas mestiças. Os industriais, exemplifica o palestrante, determinaria a formação de uma elite que se ampliaria na progressão da força material e, erroneamente, evidenciaria a ideia da superioridade de uma civilização com relação as outras, acentuava-se o conceito finalístico da História; na qual um grupo dominante conclui que as “civilizações de qualidades” realizaram um “ideal de beleza” perdido nas civilizações modernas. Estas que, aos poucos e intuitivamente, foram se distanciando da loucura da limitada pretensão de copiar a perfeição da natureza e criando a sua própria beleza.

⁴ Proferido em 19 de junho de 1924, o discurso foi publicado em 1925 pela Companhia Gráfico-Editora Monteiro Lobato, juntamente com outros discursos de Graça Aranha.

Os primeiros parágrafos do discurso de Graça Aranha são tentativas de desfazer, tardiamente, a imagem de artista europeizado que ele mesmo cultuou por muito tempo, já que viveu boa parte de sua vida em outros países: fazendo parte da comissão de secretários de Joaquim Nabuco em Londres e Roma; na função de ministro plenipotenciário em Cuba; em missões diplomáticas na Itália, Suíça, Noruega, Portugal, Dinamarca e França; trazendo sempre em suas obras referências de autores e personagens estrangeiros. Mas a sua principal intenção, naquele momento de debates e variações artísticas, era propor uma reforma na Instituição para a criação da verdadeira nacionalidade, devendo a intelectualidade brasileira observar com mais cuidado os elementos que vinham da terra, das raças e das novas propostas literárias que ecoavam, de forma consistente, desde a polêmica Semana de Arte Moderna, ocorrida em São Paulo. Nas palavras do autor:

[...] A Academia ignora a ressurreição que já começa, mas o futuro a reconhecerá. Ela aponta no pensamento e na imaginação de espíritos jovens. Vem na música de Villa-Lobos, que dá à nossa sensibilidade um ritmo novo e poderoso, na poesia de Ronald de Carvalho, libertador do nosso romantismo criador do novo lirismo, na poesia de Guilherme de Almeida, livre da natureza e das suas sugestões subalternas, na poesia de Mário de Andrade, vencedor do convencionalismo, construtor alegre do espírito verdadeiramente brasileiro, nas esculturas de Brecheret, que objetivam dinamicamente o subjetivo, no pensamento, na crítica, na poesia, no romance de Renato Almeida, Jackson de Figueiredo, Agripino Grieco, Manuel Bandeira, Paulo Silveira, Tristão de Athayde, Menotti del Pichia, Ribeiro Couto, Oswald de Andrade e mil jovens espíritos sôfregos de demolição e construção. [...]. Este é o meu Brasil. (ARANHA, 1968c, p. 754 e 755).

O termo “l'esprit nouveau” (o espírito novo/moderno) foi usado pelo poeta e crítico de arte francês Guillaume Apollinaire (1880-1918) em um manifesto em 1918, porém, é mais conhecido por ser também o nome de uma revista francesa editada por Le Corbusier (1887-1965) e Amédée Ozenfant (1886-1966), entre os anos de 1920 e 1925. Manifesto e Revista vanguardistas influenciaram não somente Graça Aranha a produzir a sua obra lítero-filosófica “A estética da vida” (1921), mas também as primeiras “teorias modernistas” dos jovens artistas na década vigente, os quais o romancista conheceu ao voltar para o Brasil, um ano antes da célebre Semana. Deste modo, era de conhecimento de todos naquele salão o apreço que o maranhense tinha pelos modernistas. Foi ele, junto com o

empresário Paulo Prado, que conseguiu o apoio financeiro para que a Semana de 22 ocorresse no Teatro Municipal de São Paulo⁵.

Além do empréstimo do termo francês para a produção do seu discurso, Graça Aranha também se valeu de algumas ideias já expostas em sua obra de ensaios “A estética da vida” e no discurso que abriu a Semana de Arte Moderna, intitulado “A emoção estética na arte moderna”, onde afirmou que o novo movimento artístico brasileiro que iria ser apresentado nos dias seguintes eram obras-de-arte sensíveis e dinâmicas e cada artista um pensamento independente. Portanto:

[...] cada artista exprimirá livremente, sem compromissos, a sua interpretação da vida, a emoção estética que lhe vem dos seus contatos com a Natureza. É toda a magia interior do espírito se traduz na poesia, na música e nas artes plásticas. Cada um se julga livre de revelar a Natureza segundo o próprio sentimento libertado. Cada um é livre de criar e manifestar o seu sonho, a sua fantasia íntima desencadeada de toda a regra, de toda a sanção. O cânone e a lei são substituídos pela liberdade absoluta que os revela, por entre mil extravagâncias, maravilhas que só a liberdade sabe gerar. Ninguém pode dizer com segurança onde o erro ou a loucura na arte, que é a expressão do estranho mundo subjetivo do homem. O nosso julgamento está subordinado aos nossos variáveis preconceitos. O gênio se manifestará livremente, e esta independência é uma magnífica fatalidade e contra ela não prevalecerão as academias, as escolas, as arbitrarias regras do nefando bom gosto, e do infecundo bom-senso. (ARANHA, 1968a, p. 741).

Se no discurso de 1922 Graça Aranha tentou criar uma ponte entre estes dois espíritos dinâmicos (românticos e modernistas). Em 1924, diante de dezenas de representantes destas duas vontades criativas, Graça Aranha será mais direto em suas críticas; zombando das críticas lançadas contra os jovens artistas e alertando, aos literatos mais experientes, da tragédia que poderia ocorrer, caso estes não se libertassem da arte melancólica dos antepassados e não acolhessem a nova linguagem e a impetuosa arte que se fazia brotar. Mas a crítica mais severa será mesmo para os membros da Academia Brasileira de Letras.

⁵ Para Oswald de Andrade, é a chegada de Graça Aranha da Europa, que imprimiu um interesse mais vivo ao movimento, quando este se apresentava como: [...] um dos nossos literatos mais respeitados. Acadêmico, professor de direito, tendo vivido longo tempo no meio das grandes civilizações, foi profunda a sua influência. Ele ligou-se imediatamente à geração construtora. Sob a iniciativa de Paulo Prado, sobrinho e herdeiro das qualidades aristocráticas e intelectuais do escritor Eduardo Prado, organizou-se uma semana de arte moderna brasileira. (ANDRADE, 2011, p.49).

As academias são destinadas a zelar tradições e supõem um povo culto, de que são os expoentes. Diante desse conceito, a Academia Brasileira foi um equívoco. Somos um povo inculto, sem tradições literárias ou artísticas, ou pelo menos de tradições mediócras, que seria melhor se apagassem. O fato de haver raros escritores ou artistas de primeira ordem não forma uma tradição. E é ridículo supor que as tradições são criadas pelas academias. A tradição não é um artifício. Vem do inconsciente coletivo e, se tem força para impor-se no curso do tempo, viverá a despeito das academias. O equívoco permaneceu, porque geralmente se imagina que um país de academias literárias alimenta-se de um vasto manancial de produção, que é preciso reger e disciplinar. No Brasil, não existe tal produção. A Academia está no vácuo. Não tem função possível a exercer, segundo a tradição acadêmica. E se tem a função de regulamentar a inteligência e criar o academismo, ela é funesta. Foi o seu erro inicial. (ARANHA, 1968c, p.751).

Para o palestrante, o movimento modernista, ansiava por transformações artísticas, mas precisaria ir além, deveria ser totalmente espiritual, filosófica e social. Era o “surto da consciência”, que buscava o universal além do relativismo científico. E a Academia de Letras não deveria ignorar esta insurreição, que tinha começado alguns anos antes, na Semana de Arte Moderna; com a música de Villa-Lobos, que daria à sensibilidade brasileira um ritmo novo e poderoso; na poesia de Guilherme de Almeida e Manuel Bandeira, libertando-os do romantismo estéreo; e na arte pictórica de Anita Malfatti e Di Cavalcanti, apresentando a festa de cores e raças que o país possuía, mas não desejava enxergar. Portanto, a Academia não deveria apontar somente para as suas produções, mas indicar o pensamento e a imaginação dos espíritos jovens, e se ela ainda se desviava desse movimento, que tinha o poder de regenerar a alma do brasileiro, que ela deixasse de existir: **“se a Academia não se renova, morra a Academia”** (ARANHA, 1968c, p.752, grifo nosso).

Neste momento, diante de tal sentença, no primeiro manifesto contra o academicismo dentro da própria Academia, pouco se ouviu ainda dos três longos parágrafos que se seguiram. O Salão Nobre da Academia foi tomado por eufóricos aplausos e raivosas vaias, e quase não se ouviu, no final do discurso, o pretense modernista-de-ultima-hora ainda proferir: “destruo toda esta arquitetura de importação literária, grega, rococó, colonial, servil. Destruo toda esta escultura convencional e imbecil, esta pintura mofina (ARANHA, 1968c, p.752).

Um dos primeiros a demonstrar a sua revolta foi o também imortal Joaquim Osório Duque-Estrada (1870-1927), que grita a Graça Aranha, que este faça tal discurso aos seus “futuristas” (como inicialmente foram chamados os modernistas). O vozerio aumenta e o compositor da letra do novo Hino Nacional (oficializado por decreto, em 1922) segue clamando que os outros acadêmicos também se insurjam. Surge, então, a voz de um outro maranhense: Henrique Maximiano Coelho Neto, que tenta intervir e acalmar os ânimos dos companheiros de fardão, atingindo o conferencista com seus dotes de excelente orador:

– Meu ilustre e querido conterrâneo Graça Aranha! Moços do meu país! Por um momento, o tumulto recua, todos ouvem Coelho Neto. Mas quando estende-se em elogios à Grécia, o alarido recomeça. Graça o contesta, discutem acaloradamente. – **Eu sou o último heleno!** ouve-se Coelho Neto gritar, em meio ao bate-boca, e o público cai na gargalhada. O fim de seu discurso já não pode ser ouvido. Um repórter, enfim, a escuta afirmar que Graça Aranha cuspiu no prato que comeu; do público, gritam: - Viva Graça Aranha! Morra a Academia! (AZEVEDO, 2002, p. 336 e 337, grifo nosso).

Tomados pelo orgulho do posicionamento de Coelho Neto e com os ânimos elevados pela rebeldia de Graça Aranha, formou-se, no saguão da Academia, dois grupos, cada qual em volta dos seus eleitos. E não se sabe quem iniciou tal atitude, mas o que ocorreu foi que ambos foram postos nos ombros de seus admiradores e tudo se transformou em um inesperado espetáculo, tão rebelde e altivo quanto o que ocorreu na Semana de 22. O fato é que cada um dos escritores foi carregado por seus pares; “a de Graça Aranha, levado por Augusto F. Schmidt e Alceu Amoroso Lima, certamente mais eufórico e bem preparada que a de Coelho Neto, levando às custas por Duque-Estrada e outros, até o pátio externo” (AZEVEDO, 2002, p. 337).

No dia seguinte, as duas frases proferidas pelos acadêmicos sintetizavam o confronto de posicionamento de ideias sobre os rumos que a literatura brasileira deveria continuar ou tomar: Coelho Neto protestando contra o vanguardismo sem direção dos modernistas e Graça Aranha quebrando a pose aristocrática da literatura vigente. Mas esta “disputa” não encerrava apenas a ideia de uma hegemonia de posicionamento ou produção artística dos membros da Academia, era bem mais ampla e se estendia para o campo político, partidário, agregando poderes simbólicos.

O sociólogo francês Pierre Bourdieu (1995), observa que os indivíduos que participam destas instituições de ciências e de belas-letras assumem o lugar de legitimador de poder nomear e selecionar os que podem ser alçados ao seu seio e ao seu reconhecimento, sendo mais uma possibilidade de acolhimento do que reconhecimento. Também é exigido que “apareçam” e, se possível, celebrem seus talentos em outros espaço e meios de comunicação, o que pode lhes instituir um “poder simbólico”, ou seja, intervir, direta ou indiretamente, no curso das ações dos demais. Este recurso, que inclui sociabilidade, habilidades técnicas e competências empregadas produz um “campo de poder”.

[...]. Assim, todas as estratégias simbólicas por meio das quais os agentes procuram impor a sua visão das divisões do mundo social e da sua posição nesse mundo podem situar-se entre dois extremos: o insulto, *ideos logos* pelo qual um simples particular tentar impor o seu ponto de vista correndo o risco da reciprocidade; a *nomeação oficial*, ato de imposição simbólica que tem a seu favor toda a força do coletivo, do consenso, do senso comum, [...]. (BOURDIEU, 2010, p. 146).

Estrategicamente, o primeiro a tomar um posicionamento diante da polêmica, que teve início no Salão Nobre da Academia, será o próprio Graça Aranha. Elogiado e criticado com o mesmo ímpeto pelos jornalistas e literatos⁶ da época, o romancista não tentou explicar a afronta aos literatos brasileiros já consagrados e o ataque à Academia Brasileira de Letras (abreviada na célebre frase: “se a Academia não se renova, morra a Academia”) na carta enviada para o então presidente da Academia Brasileira de Letras, mas propor um caminho a seguir. Elabora um projeto de reforma para a Academia, sugerindo banir de seus concursos e de sua atividade crítica, conferências e periódicos, tudo o que não fosse considerado “atual” e “brasileiro”, e, de imediato, a criação de um “Dicionário Brasileiro da

⁶ Novamente a figura perspicaz de Oswald de Andrade se destaca dentre os críticos e jornalistas. Poucos dias depois do discurso de Graça Aranha, aquele publica, no jornal “A Manhã”, um texto criticando “o velho maranhense”, afirmando ser este “um dos fenômenos mais perigosos que uma nação analfabeta se pode desejar. Leu mais duas linhas do que os outros, apanhou três ideias além das de uso corrente e, faquirizado por uma hipnose interior, crédulo e ingênuo, quer impor à *outrance* os seus últimos conhecimentos, quase sempre confusos e caóticos” (ANDRADE, Oswald de. Carta aberta a Graça Aranha. In: **Jornal A Manhã**, 1924). O comentário não foi recebido com surpresa. Todos sabiam a luta árdua que Oswald de Andrade travava para ser considerado o “pai do modernismo brasileiro”. Graça Aranha, e depois, o próprio amigo Mário de Andrade tornaram-se pedras neste longo caminho.

Língua Portuguesa”⁷, onde seriam congregados todos os vocábulos e frases da linguagem corrente brasileira; a promoção de conferências públicas feitas pelos acadêmicos sobre assuntos atuais, tanto filosóficos quanto literários; e, por fim, o compromisso da Academia Brasileira de Letras de imprimir e divulgar as obras dos jovens escritores que não encontrassem editores. Enfim, uma proposta político-cultural para a Academia não morresse.

A reforma não foi aceita. Diante das críticas sobre o seu protesto à imobilidade da literatura nacional, o escritor rompe definitivamente com a Academia, saindo, por iniciativa própria, daquela instituição que, inicialmente, até recusou a fazer parte, só mudando de atitude por causa do pedido direto de Machado de Assis. Ao mesmo tempo, para não perder a admiração dos “moços extravagantes”, cria com estes a revista “Estética”, abrindo novos debates e propostas.

A pesquisadora Maria Helena de Castro Azevedo (2006) nos informa que o primeiro número da revista saiu em setembro de 1924 e o maranhense novamente é quem abre os debates e propostas. No artigo “Mocidade e Estética”, recorre novamente às suas ideias sobre a objetividade subjetiva dos jovens artistas brasileiros e para isso percorre o “trajeto” desse espírito nacional desde a abolição, passando pelas grandes guerras, até o programa prematuro da ação modernista, conjugando os três temas ainda atuantes em suas conferências: o universalismo, o ser moderno e o ser brasileiro. Tem-se o estímulo ao sentimento de ação, na produção de uma literatura que também é discurso, o que torna a tarefa desses jovens intelectuais mais social, e por isso, mais integralizador e urgente. Para Graça Aranha, este entrelaçamento entre literatura e política sempre ocorreu no país, pois quase todos os poemas, prosas e sermões concebidos nos séculos anteriores traziam, junto com os elementos da literariedade, propostas e normas culturais e éticas.

A conferência de 1924 também ajudou a elevar uma certa antipatia que alguns acadêmicos já compartilhavam por Graça Aranha. Filho de um jornalista abolicionista, aquele passou a infância em um pomposo sobrado da Av. Dom Pedro II, no centro da

⁷ Em “A estética da vida”, Graça Aranha (1968b), já afirmava que, para a criação de uma cultura autônoma e de uma literatura nacional “do Brasil”, um dos primeiros trabalhos será o de “recusar” a linguagem dissimulada do classicismo luso e a estilística postiça dos parnasianos, adotando a língua brasileira, misto das três raças, combinações do erudito e do popular, de dialetos ajustados a um léxico tropical, da melhor linguagem-civilização que o Brasil poderia querer para si, quando tais características “favorecem o gênio criador” e o artista sente a Natureza brasileira como arte. Discurso muito próximo encontrado entre os jovens modernistas em 1922.

capital maranhense. Ainda muito jovem conquistou uma vaga na Faculdade de Direito de Recife e alguns anos depois já estava no Rio de Janeiro, tornando-se pupilo do diplomata Joaquim Nabuco. O convite para ser um dos membros fundadores da Academia Brasileira de Letras foi feito por seu presidente, mas todos sabiam que a escolha foi manejada pelo diplomata pernambucano, já que o jovem aprendiz ainda não tinha escrito nenhum livro na época. Ficou, portanto, a missão do jovem aprendiz de produzir uma “obra relevante”, o que este fez, com o romance de ideias “Canãa” (1902). Nos anos seguintes, fará uma brilhante carreira diplomática, mas produzirá pouco: uma obra teatral, “Malazarte”, produzida em 1911 e encenada no Théâtre de L'Oeuvre, em Paris; um trabalho de gênero lítero-filosófico, “A estética da vida” (1921); e um segundo romance, “A viagem maravilhosa”, lançado em 1930. Além disso, diversas palestras sobre literatura e política, algumas disciplinas ministradas em universidades latinas e a famosa contribuição para a realização da Semana de Arte Moderna de 1922, que criticava a arte produzida pelos já celebrados artistas da época. Muito pouco, segundo os outros imortais, para tantas honrarias.

Alguns dias depois da conferência, o romancista e político Medeiros e Albuquerque (José Joaquim de Campos da Costa de Medeiros e Albuquerque), então presidente da Academia; o escritor Luís Gonzaga Duque Estrada; e Coelho Neto, responderam as acusações de Graça Aranha. Entrevistado, Coelho Neto disse que lamentava houvesse Graça Aranha, como provocação, procurado justamente o seio da nobre Casa dos Literatos para o injuriar, no falso pressuposto de estar pregando ideias novas, acabou insultando a todos. E acrescentou:

[...] Nem a Academia é um túmulo, continuou, nem Graça Aranha é semeador de nova seara, brotadas das sementes do trigo do túmulo de *Tutankhamun* sobre o território brasileiro. O brasileirismo de G. Aranha, sem uma única manifestação em qualquer das grandes campanhas libertadoras da nossa nacionalidade, é um brasileirismo europeu, copiado do que o conferente viu em sua carreira diplomática, apregoado como uma contradição à sua própria obra literária⁸.

Dois anos depois de ser ridicularizado pelos jovens modernistas na polêmica palestra do seu conterrâneo, Coelho Neto recebeu, da Academia Brasileira de Letras, o

⁸ NETO, Coelho. A Academia Brasileira de Letras: o incidente de Graça Aranha In: **Jornal A Pacotilha**, Nº 142, 25 de junho de 1924, p. 01.

título de “Príncipe dos Prosadores Brasileiros”⁹, denotando a importância que ainda exercia no contexto literário nacional. Desde fato, ninguém discordava, ele era um prosador nato, um dos melhores da língua portuguesa, a sua obra foi se aperfeiçoando a cada dia, com ramificações em vários estilos, principalmente o clássico. Nem os jovens artistas revolucionários podiam negar que realmente ele era “o último heleno”.

Proveniente de um lar humilde, da então pequena cidade maranhense de Caxias, Coelho Neto mudou-se para o Rio de Janeiro ainda criança, e logo se interessou pelas artes. Aos 11 anos começou a realizar traduções; aos 17, publicou seu primeiro poema no “Jornal do Comércio”; e aos 18 anos, é aprovado para a Faculdade de Medicina, que frequentou, mas logo desistiu. Matricula-se na Faculdade de Direito de São Paulo (1883), aonde se envolve com movimentos acadêmicos. Transfere-se para uma outra Faculdade de Direito, a de Recife, volta para São Paulo, transfere-se novamente para Pernambuco e se torna militante, dos mais ativos, das campanhas republicana e abolicionista. Abandona também o Curso de Direito e conhece o ativista político e escritor José do Patrocínio (1853-1905), oferecendo o seu admirável talento para as belas-letas em favor do abolicionismo, dando início à carreira jornalística na “Gazeta da Tarde”. Nomeado Secretário do Governo do Estado do Rio de Janeiro (no ano de 1890), Diretor dos Negócios do Estado, da Justiça e Legislação do Rio de Janeiro (em 1891) e ainda a de professor de História do Teatro e Literatura Dramática da Escola Dramática Municipal do Rio de Janeiro (depois se tornando diretor da Instituição), Coelho Neto era o símbolo do homem culto, mas humilde.

Nas letras, foi um “operário padrão”, como bem o definiu o crítico literário Antonio Cândido (2006). Incansável, alguns biógrafos apontam mais de 500 produções, no qual podemos destacar: “A Capital Federal”, de 1893, “Sertão” (romance), de 1896, “Esfinge” (romance), de 1908 e A Cidade Maravilhosa (contos), de 1928. Na inauguração do Teatro Municipal do Rio de Janeiro, em 1909, sua peça “Bonança” foi escolhida para ser a primeira a ser encenada no belo “Palácio das artes”, em 1926 é eleito presidente da Academia Brasileira de Letras, da qual tinha orgulho de ter ajudado a fundar, e em 1933 a mesma o lança como candidato para o Prêmio Nobel de Literatura, reconhecendo, no autor do romance histórico “Rei Negro” (1914), um escritor preocupado em divulgar a língua

⁹ Em um concurso nacional realizado pelo jornal “O Malho”.

nacional e que em seu “Compêndio de literatura brasileira”, publicado em 1905, já advertia:

A linguagem de um povo é o patrimônio maior da sua inteligência. Acumulada, como um tesouro, durante o curso dos séculos, crescendo na razão direta do progresso, torna-se o caráter mais acentuado de uma nacionalidade.

[...]

A língua só se fixa pela escrita – assim é a Literatura que a eterniza.

[...]

É pelo concurso instrutivo de ideais e interesses, pela solidariedade com o meio de aliança e defesa recíproca, que um povo se condensa filiando-se aos mesmos princípios, guiando-se pela mesma norma, regendo-se pela mesma lei, reunindo-se em torno do mesmo altar. (NETO, 1929, p. 20 a 25).

Eleito Deputado Federal pelo Maranhão¹⁰ e confirmando seu carisma e compromisso em outros pleitos (1909 e 1911), Coelho Neto, sabia que “a política é o lugar por excelência da eficácia simbólica” (BOURDIEU, 2010, p. 159). Em seus romances, contos e crônicas recuperava o passado, construindo um discurso estratégico de caráter ficcional e histórico, que anunciava a virtude intelectual e ética de um indivíduo que soube ultrapassar a adversidades e se tornara um cidadão comprometido com o discurso do coletivo, reivindicando a divulgação da história dos excluídos, mas também construindo para si a imagem de um homem culto e necessário, um *ethos* que, segundo o filósofo Enrique Dussel (1997), poder ser considerado um “criador” de sistemas de tradições (ou do *poder-ser* transmitido), dos costumes e da relação dialética que se pode estabelecer entre memória, experiência e oficialidade.

Tanto Coelho Neto quanto Graça Aranha foram filhos de uma tradição que resguardava valores e ações surgidas de acordos entre conviventes. Vivenciaram, mesmo à distância, os frutos da ideia de uma “Athenas brasileira”, creditada a uma São Luís Antiga, enquanto o lugar emblemático onde havia florescido, simultaneamente, grandes escritores como Manuel Odorico Mendes (1799-1864), Francisco Sotero dos Reis (1800-1871), João Francisco Lisboa (1812-1863) e o maior poeta romântico brasileiro: Antonio Gonçalves Dias. Mas, se por um lado, Graça Aranha admirava a figura crítica e nem um pouco

¹⁰ Segundo Maria Helena de Castro Azevedo (2006)), em 1908, o próprio governador do Maranhão ofereceu um lugar em sua chapa de candidatos à Câmara Maranhense para Graça Aranha, este preferiu continuar a ser o “espírito livre” que sempre fora e a vaga ficou com Coelho Neto.

ufanista do jornalista João Francisco Lisboa¹¹, Coelho Neto exaltava os demais literatos maranhenses, que corroboraram para desenvolver o “ser helênico” que existia no homem maranhense. Ambos, contudo, encontraram nestes antepassados das letras, o ideal do homem culto, “aquele que possui a consciência cultural de seu povo, isto é, a autoconsciência de suas próprias estruturas” (DUSSEL, 1997, p. 33).

Neste caso, o *ethos* já concretizado em terras maranhenses, constituiu para ambos os literatos, uma constância de diálogos entre a literatura e a política, que será o impulso inicial para a visão significativa da realização dos fenômenos sociais, culturais e históricos, e quando, como em qualquer sociedade, “tudo isso é recebido pela educação, seja na cidade, no círculo familiar, nas instituições, ou através dos livros” (DUSSEL, 1997, p. 35) e se torna um poder simbólico ressignificado. Em particular, será através das suas obras literárias ou das configurações políticas das quais participavam que conseguirão criar a representatividade da figura do autor na produção e reprodução de processos geradores de culturas, ou mesmo da tomada de consciência da própria cultura. Graça Aranha em uma posição-limite na complexa relação entre arte e poder, no entrelace entre o discurso político e a narrativa fictícia, na qual o sujeito que escrevia coincidia-se com o sujeito que era anunciado, tornou-se uma *persona non grata* tanto para o ideário modernista, que não o queria como “mártir”, quanto para a Academia Brasileira de Letras, que afirmava não precisar de suas críticas infundadas.

Coelho Neto saiu-se melhor no jogo da construção de um *ethos* nacional. Sua constante preocupação de intervir na sociedade através de sua literatura foi por muito tempo saudado como exemplar dentre os escritores brasileiros. Mesmo nunca prosperando financeiramente¹², o literato criou um poder simbólico ao procurar sempre tomar o

¹¹ Segundo o historiador José Henrique de Paula Borralho (2010, p.47); “a menção à Athenas Brasileira surgida na década de quarenta do século XIX, em virtude dos arroubos românticos, é criticada possivelmente pela primeira vez por João Francisco Lisboa em “Festa de Nossa Senhora dos Remédios” (publicado como folhetim no jornal “Publicador Maranhense” em 1851 e reunido no conjunto da obra do autor em 1865) de forma irônica, referindo-se a membros da elite maranhense cognominando-os enquanto “atenienses modernos” no conjunto dos três folhetins publicados entre 1851 e 1852 no referido jornal, [...]. João Lisboa considerava São Luís uma cidade desprovida dos mais simples recursos de urbanismo e higiene, tratando ironicamente os seus conterrâneos que se deleitavam com as belas paisagens barrentas da cidade”. Criticava também o conterrâneo Gonçalves Dias, seus “mimosos versos” e sua obediência à Coroa portuguesa. Ironicamente, os dois foram escolhidos para serem patronos da Academia Brasileira de Letras.

¹² Em seu “Anedotário geral da Academia Brasileira de Letras, Josué Montello (1974, p. 106 e 107), narra um episódio que pode nos dar uma ideia da condição financeira vivida pelo prosador: “Em 1925, entrevistado por um jornal do Rio de Janeiro, Coelho Neto resumiu as suas lutas de escritor, dia e noite à mesa de trabalho, sempre a escrever, sempre a escrever, para manter a família e educar os filhos. – Quanto volumes publicou

cuidado de relacionar, nas suas obras, o debate sobre temas relevantes e até polêmicos para a época, como: escravidão, educação e os direitos da mulher. Mas por causa de sua linguagem rebuscada, aos poucos foi sendo considerado ultrapassado. A polêmica que envolveu Graça Aranha e Coelho Neto ainda ecoou por muito tempo, principalmente quando outros maranhenses, que exerceram importantes cargos públicos e políticos (como Secretário de Imprensa Federal, Reitor de Universidade e até Presidente da República) adentraram na Academia Brasileira de Letras, mostrando-se comprometidos tanto com a produção literária quanto com o universo político.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A íntima relação entre a literatura e a política na Academia Brasileira de Letras sempre foi uma prática recorrente ao longo de sua existência. Criada com a intenção de se afastar do mundo do “poder” dos governantes, quando o seu primeiro presidente, Machado de Assis, tentou emoldurá-la como uma “torre de marfim” impenetrável às disputas partidárias, viu-se, vinte e sete anos depois de sua fundação e através da conferência de um de seus participantes, ser criticada e questionada sobre suas reais intenções de promover a cultura literária e defender a língua nacional, ou apenas criar oportunidades de elevar o *ethos* de homens cultos, que serviria para alçá-los no campo político. Ficou mais claro o quando aquela sociedade literária tinha de militância intelectual em seu campo artístico.

Para Graça Aranha, impregnados da tônica nacionalista, os discursos dos imortais que ecoavam pelo país, apenas criavam poderes e não propostas. Recorremos a Pierre Bourdieu para compreendermos como a Academia pode deter o poder simbólico e garantir ao campo artístico, os vetos, as tendências e a confirmação de sua representatividade através da difusão de certas concepções da tarefa dos “homens de letras” como agente essenciais na vida civil. Sendo assim, é fato que este poder também legitimou propostas

até hoje? – indagou-lhe o repórter. E Coelho Neto, com vergonha de confessar o vulto de seu trabalho, depois de uns momentos de hesitação: - 102. E o jornalista, espantado: - 102! E é verdade que, entre novelas e contos, tem mais de 300? – Um pouco mais: 500. No entanto, o admirável trabalhador literário, por mais que perfilasse livros na prateleira das estantes e espalhasse artigos, crônicas e contos em jornais e revistas, era ainda um homem podre. E o repórter, curioso; - A casa em que mora é própria? – Não, habito-a há vinte anos como inquilino. [...].”

ultrapassadas ou vanguardistas para a cultura brasileira. O escritor Coelho Neto, ciente de sua influência e acumulando títulos na área da literatura e da política, assumiu o lugar do “último heleno” em terras tropicais, aquele que resguardava uma cultura clássica e fecunda, que ainda se via fluir em sua cidade natal: São Luís. Entretanto, encontra-se em sua produção literária uma preocupação com as tendências de educação política e até de reforma social. Sim, Coelho Neto foi tão ou mais modernista do que o seu compatriota Graça Aranha.

Nas décadas seguintes, mesmo com a demarcação cada vez mais clara das posições políticas de seus membros (alguns até se auto-denominando “escritores-políticos”), a Academia ainda tentou não tornar visíveis as disputas de poder que uniam ou separavam os seus membros, mas percebeu que a vida artística também é feita de competição e imposição simbólica, ou na definição de Bourdieu (2010) de “encontro” mais ou menos feliz entre posição e disposição, mas que pode resultar em uma ação colaborativa.

REFERÊNCIAS

- ANDRADE, Oswald. O esforço intelectual do Brasil Contemporâneo. In: **Estética e política**. 2ª edição. Introdução e notas de Maria Eugenia Boaventura. São Paulo; Globo, 2011, p.49.
- ARANHA, Graça. “A emoção estética na arte moderna” [1922]. In: **Obra completa**. Rio de Janeiro: Instituto Nacional do Livro, 1968^a, (p. 739 a 744).
- _____. “A estética da vida” [1921]. In: **Obra completa**. Rio de Janeiro: Instituto Nacional do Livro, 1968b, (p. 586 a 680).
- _____. “O espírito moderno” [1924]. In: **Obra completa**. Rio de Janeiro: Instituto Nacional do Livro, 1968c, (p. 744 a 755).
- AZEVEDO, Maria Helena Castro. **Um senhor modernista**: biografia de Graça Aranha. Rio de Janeiro: Academia Brasileira de Letras, 2002.
- BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. 14ª Edição. Tradução: Fernando Tomaz. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2010.
- BORRALHO, José Henrique de Paula. **Uma Athenas Equinocial**: a literatura e a fundação de um Maranhão no Império Brasileiro. São Luís: Edifunc, 2010.
- CANDIDO, Antônio. **Literatura e Sociedade**: estudos de teoria e história literária. 9ª edição. Rio de Janeiro: Editora Ouro sobre o Azul, 2006.
- DUSSEL, Enrique. **Oito ensaios sobre cultura latino-americana e libertação**. Tradução de Sandra Trabucco Valenzuela. São Paulo: Paulinas, 1997.
- MONTELLO, Josué. **Anotário geral da Academia Brasileira de Letras**. 2ª edição. São Paulo: Edições Martins, 1974.
- MORAES, Péricles. **Coelho Neto e sua obra**. Manaus: Fundo Municipal de Cultura, 2016.
- NETO, Coelho. **Compêndio de Literatura Brasileira**. 3ª edição. São Paulo: Livraria Francisco Alves, 1929.